



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2015
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Causas do Superendividamento e Alternativas para sua Disciplina no Direito Brasileiro
<b>Autor</b>	ELISA CORRÊA DA ROCHA
<b>Orientador</b>	BRUNO NUBENS BARBOSA MIRAGEM

## CAUSAS DO SUPERENDIVIDAMENTO E ALTERNATIVAS PARA SUA DISCIPLINA NO DIREITO BRASILEIRO

Acadêmica: Elisa Corrêa da Rocha

Orientador: Prof. Dr. Bruno Nubens Barbosa Miragem

Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**RESUMO:** O superendividamento é um fenômeno cada vez mais presente na realidade brasileira, e que se desdobra em um aspecto social, um aspecto econômico e um aspecto jurídico. É certo que, dentro de uma sociedade marcada pelo incentivo ao hiperconsumo, pela concessão desarrazoada de crédito aos indivíduos e pelas práticas abusivas por parte das instituições financeiras, inclusive no tocante ao direito à informação, um número cada vez maior de pessoas tem suas vidas prejudicadas diretamente pelo superendividamento. Em um primeiro momento, pois, serão analisadas as causas e consequências do fenômeno, desde uma perspectiva sociológica e econômica. Em um segundo momento, passa-se a analisar o âmbito jurídico, em que se toma como ponto de partida o plano constitucional, isto é, o art. 170 da CRFB, que positiva os princípios gerais da atividade econômica no país. Entre tais princípios destacam-se a livre iniciativa e a defesa do consumidor, que estão sempre em situação de permanente colisão. Nesse sentido, serão examinadas as balizas traçadas pelo STF para a resolução das situações de colisão. Assume grande relevância também o direito fundamental ao mínimo existencial, que decorre do sistema constitucional brasileiro, mais especificamente dos art. 1º, III (princípio da dignidade da pessoa humana) e art. 3º, III da CRFB. No plano infraconstitucional, impõe-se examinar e pensar em maneiras de aprimorar o Código de Defesa do Consumidor, o que passa necessariamente pela análise do Anteprojeto de Lei, bem como do Projeto de Lei do Senado Federal n.º 283 de 2012, ambos dispendo sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento. Por fim, no plano do direito comparado, será útil considerar a experiência francesa com relação ao superendividamento, haja vista a existência de previsões normativas específicas recolhidas no *Code de la Consommation*, artigo L.313-12, e no *Code Civil*, artigos 1244-1 ao 1244-3. Desta forma, o presente estudo busca elucidar, através dos métodos indutivo e comparativo, valendo-se da pesquisa doutrinária e jurisprudencial, as características essenciais do superendividamento, suas causas, e, a partir do exame nas normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis, bem como do direito comparado, busca propor formas adequadas de prevenção e tratamento do fenômeno.